

LÍNGUA PORTUGUESA – Questões 1 a 10

Leia o texto a seguir relacionado à questão 1.

SUS passa a oferecer atendimento virtual gratuito para adultos com vício em jogos e apostas

Serviço será acessado pelo aplicativo Meu SUS Digital e começa com capacidade estimada de 600 atendimentos por mês.

O Sistema Único de Saúde (SUS) passou a oferecer teleatendimento em saúde mental para pessoas com problemas relacionados a jogos e apostas, especialmente as modalidades online. O serviço é gratuito, voltado a maiores de 18 anos e também aberto a familiares e rede de apoio. O acesso será feito pelo aplicativo Meu SUS Digital.

Segundo o Ministério da Saúde, a expectativa inicial é realizar cerca de 600 atendimentos por mês, em parceria com o Hospital Sírio-Libanês, por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (Proadi-SUS). O investimento previsto é de R\$ 2,5 milhões.

Baixa procura presencial

Dados da Pasta indicam que, em 2025, o SUS registrou 6.157 atendimentos presenciais relacionados a jogos e apostas. A avaliação técnica é de que a procura espontânea ainda é limitada, muitas vezes por vergonha, estigmatização ou dificuldade de reconhecer o problema.

A aposta no teleatendimento, segundo o Ministério, busca ampliar o acesso ao cuidado de forma mais reservada e facilitar o primeiro contato com a rede pública de saúde.

O serviço integra um conjunto de medidas anunciadas pelo governo federal para lidar com o crescimento das apostas online no país e seus possíveis impactos na saúde mental.

Como funciona o atendimento

O primeiro passo é acessar o aplicativo Meu SUS Digital (ou a versão web), fazer login com a conta gov.br e selecionar, na aba “Miniapps”, a opção relacionada a problemas com jogos de apostas.

O usuário responde a um autoteste validado no Brasil, com perguntas baseadas em evidências científicas para identificar sinais de risco.

Se o resultado indicar risco moderado ou elevado, o encaminhamento ao teleatendimento é automático. Em casos considerados de menor risco, o aplicativo orienta a buscar atendimento presencial na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que inclui Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e Unidades Básicas de Saúde (UBS).

As consultas são realizadas por vídeo, duram em média 45 minutos e fazem parte de ciclos de cuidado que podem incluir até 13 sessões por paciente. O acompanhamento pode ser individual ou em grupo, incluindo familiares.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/saude/saude-mental/noticia/2026/03/03/sus-passa-a-oferecer-atendimento-virtual-gratuito-para-adultos-com-vicio-em-jogos-e-apostas.ghtml>>. Acesso em: 03 mar. 2026.

QUESTÃO 1

Observe a seguinte passagem do texto, extraída da seção “*Como funciona o atendimento*”: “*O primeiro passo é acessar o aplicativo Meu SUS Digital (ou a versão web), fazer login com a conta gov.br e selecionar, na aba ‘Miniapps’, a opção relacionada a problemas com jogos de apostas*”.

Considerando a organização desse excerto e sua finalidade comunicativa, pode-se afirmar que nele predomina a sequência textual:

- A) Descritiva, pois o trecho apresenta características e informações sobre o funcionamento do serviço oferecido pelo sistema de saúde.
- B) Narrativa, uma vez que organiza ações em determinada ordem temporal, relatando etapas sucessivas de um processo.
- C) Argumentativa, já que busca convencer o leitor sobre a importância de utilizar o aplicativo para acessar o atendimento oferecido.
- D) Injuntiva, pois orienta o leitor quanto aos procedimentos necessários para acessar o serviço, indicando etapas a serem seguidas.

Para as questões 2, 3 e 4, leia o texto a seguir.

Campanha brasileira visa conscientizar sobre início de doenças raras

Muitas manifestações de doenças raras ocorrem na infância, porém em outros casos elas podem ser tardias e surgir na fase adulta

Para ser considerada rara, a condição deve afetar um número restrito de pessoas em comparação com a população geral. Além de crônico, progressivo e degenerativo, o quadro normalmente tem origem genética. De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), mais de 300 milhões no mundo vivem com alguma doença rara.

Devido à alta porcentagem de diagnósticos em crianças, muitos nem imaginam, mas as condições também podem ter início apenas na fase adulta. Sem investigação ou detecção errônea, o tratamento pode ser prejudicado.

(...)

(Fonte: <https://www.metropoles.com/saude/campanha-brasileira-doencas-raras>).

QUESTÃO 2

Qual das alternativas a seguir classifica corretamente a conjunção destacada em negrito dentro das orações do texto?

- A) Muitas manifestações de doenças raras ocorrem na infância, **porém** em outros casos elas podem ser tardias e surgir na fase adulta. Classificação: Conjunção subordinativa causal.
- B) **Além de** crônico, progressivo e degenerativo, o quadro normalmente tem origem genética. Classificação: Conjunção subordinativa temporal.
- C) Devido à alta porcentagem de diagnósticos em crianças, muitos nem imaginam, **mas** as condições também podem ter início apenas na fase adulta. Classificação: Conjunção coordenativa adversativa.
- D) Sem investigação **ou** detecção errônea, o tratamento pode ser prejudicado. Classificação: Conjunção coordenativa aditiva.

QUESTÃO 3

Qual das alternativas a seguir apresenta análise sintática correta (entre parênteses) do termo destacado em negrito?

- A) Para ser considerada rara, **a condição** deve afetar um número restrito de pessoas em comparação com a população geral. (Sujeito)
- B) Além de crônico, progressivo e degenerativo, **o quadro** normalmente tem origem genética. (Objeto direto)

- C) Campanha brasileira visa conscientizar sobre início de **doenças raras**. (Adjunto adverbial)
 D) Sem investigação ou detecção errônea, o tratamento pode ser **prejudicado**. (Adjunto adnominal)

QUESTÃO 4

O tema apresentado na notícia tem sua coesão garantida por mecanismos de referenciação textual, tais como a anáfora (que recupera o referente) e a catáfora (que aponta para o referente). Qual das alternativas a seguir descreve corretamente o uso desses mecanismos no texto?

- A) “Diagnóstico” é catáfora de “investigação” no corpo do texto.
 B) “Porcentagem” é catáfora que aponta para “detecção” no corpo do texto.
 C) “Outros casos” no subtítulo do texto é uma anáfora que retoma “campanha” no título.
 D) “Condições” é anáfora no corpo do texto que retoma “doenças raras” no seu título.

QUESTÃO 5

UM PASSO ATRÁS É UM PASSO A MAIS

ser poesia é estar verde *in natura*
 e também brasa lenha fumaça
 estar poesia é sorrir fina dureza
 eco do segredo, fogaréu da casa
 errar na vírgula, escolher a máscara
 chorar no mesmo abraço errante
 recuar do que sufoca engasga
 antes copo cheio, depois um gole d’água
 imensa na oferenda, ponte ensina viajante
 um passo atrás é um passo a mais
 firmamento fundamento voo de quem faz sal
 escorrer na pedra que rola há tanto
 caminhar de mãos dadas promessa
 com afeto medo sangue pulsante
 ser poesia é cavalgar incerteza
 de quem te ler na escuta silenciosa

e lambe a dúvida mambembe circulante
 se pode molhar os pés mergulhar
 no fundo da rua minguante, ou boiar
 e diluir tudo em um instante
 decifrar poesia é mais difícil (talvez impossível)
 porque é patuá, às vezes loucura
 onda mistério do que não pode ser dito
 por não compreender a geografia do artifício
 a exatidão do recém tido
 por ser um sopro a lida da vida
 por ser um rio a adoçar a maresia
 o frio do céu azul daqui o quente daí, da Bahia
 em casa cedo a gente aprende
 nem todo até logo é despedida,
 um passo atrás é um passo a mais
 porque é ancoragem
 porque é acolhida.

Fonte: DAS MERCÊS, Calila. *Um passo atrás é um passo a mais*. Revista Piauí, Rio de Janeiro, n. 234, mar. 2026.
 Disponível em: <https://revistapiaui.pressreader.com/revista-piaui/20260301>. Acesso em: 5 mar. 2026.

Nesse texto, a repetição do verso que dá título ao poema apresenta uma ideia paradoxal ao:

- A) Ilustrar as dificuldades da vida a partir de metáforas.
 B) Justificar que um recuo implica desistência das experiências.
 C) Defender que uma forma de recuo é fortalecimento e proteção.
 D) Descrever os desafios da vida e a incapacidade de enfrentá-los.

QUESTÃO 6

Na língua portuguesa, os advérbios são palavras e expressões usadas para modificar o sentido dos verbos nas orações. Entretanto, advérbios também podem ter a função de marcadores discursivos, conduzindo a interpretação de um enunciado pelo interlocutor. Em qual das alternativas a seguir a palavra “agora” funciona como um marcador discursivo?

- A) Ele saiu ainda **agora** de volta para sua casa.
 B) **Agora**, gritar não fará com que seus argumentos sejam validados.
 C) **Agora** a reclamação será negada, uma vez que a embalagem do produto já foi danificada.
 D) A medicina usa **agora** outra forma de abordagem no tratamento da saúde mental.

QUESTÃO 7

Qual das alternativas abaixo explica o efeito de humor provocado pelas tirinhas?



Fonte: Revista Piauí.

- A) A crítica a personagens controversos da história.
- B) Os traços exagerados das expressões faciais dos personagens.
- C) O trocadilho dos nomes dos personagens associado às suas expressões faciais.
- D) A aproximação de significado entre os nomes estrangeiros com a língua portuguesa.

QUESTÃO 8

Assinale a alternativa em que o emprego do verbo “atentar” apresenta-se em desacordo com a norma-padrão de Língua Portuguesa:

- A) O leitor precisa atentar contra generalizações apressadas.
- B) O leitor deve atentar para os argumentos apresentados no texto pelo autor.
- C) O leitor deve atentar às estratégias textuais mobilizadas pelo autor no texto.
- D) Atente-se às relações de sentido estabelecidas entre os parágrafos do texto.

Leia o texto a seguir e responda às questões 9 e 10.



Fonte: <<https://www.facebook.com/gauchahoje/posts/branca-de-neve-atualcharge-do-cazo/1734321016654930/>>. Acesso em: 26 fev. 2026.

QUESTÃO 9

A respeito do texto apresentado, assinale a alternativa incorreta:

- A) Estabelece-se uma paráfrase a partir do clássico conto da Branca de Neve.
- B) Trata-se do gênero textual charge, pois aborda uma temática por meio de humor e sátira.
- C) Nota-se, no texto, uma crítica a uma questão da atualidade.
- D) Observa-se a presença da intertextualidade, uma vez que um conto clássico serve de base para a construção desse novo texto.

QUESTÃO 10

A fala da segunda personagem (da direita) se constitui de duas orações justapostas: “*Pode escolher qualquer uma. Hoje em dia todas estão envenenadas!*”

Considerando a relação de sentido estabelecida entre essas orações, pode-se afirmar que a segunda oração expressa, em relação à primeira, uma ideia de:

- A) Conclusão
- B) Explicação
- C) Concessão
- D) Adição

RACIOCÍNIO LÓGICO – Questões 11 a 15**QUESTÃO 11**

Em uma turma, todo estudante que foi aprovado em Lógica também foi aprovado em Estatística. Alguns estudantes aprovados em Estatística também foram aprovados em Epidemiologia. Qual afirmação deve ser verdadeira?

- A) Todo estudante aprovado em Epidemiologia também foi aprovado em Lógica.
- B) Alguns estudantes aprovados em Lógica também foram aprovados em Epidemiologia.
- C) Todo estudante aprovado em Lógica também foi aprovado em Estatística.
- D) Nenhum estudante reprovado em Estatística foi aprovado em Lógica.

QUESTÃO 12

Em um órgão público, sabe-se que:

- Todos os analistas que participam de capacitações obtêm progressão na carreira.
- Alguns analistas que obtêm progressão na carreira são promovidos a cargos de gestão.
- João é analista e não foi promovido a cargo de gestão.

Com base exclusivamente nessas informações, qual alternativa é necessariamente verdadeira?

- A) João não participou de capacitações.
- B) João participou de capacitações, mas não obteve progressão na carreira.
- C) Nenhum analista que participa de capacitações é promovido a cargo de gestão.
- D) João pode ter participado de capacitações e obtido progressão na carreira, ainda assim sem ser promovido a cargo de gestão.

QUESTÃO 13

Um inspetor afirma: "Todo servidor que entrega o relatório dentro do prazo recebe avaliação positiva." Ao final do ciclo avaliativo, a servidora Marta não recebeu avaliação positiva. Com base exclusivamente na afirmação do inspetor, o que se pode concluir?

- A) Marta entregou o relatório dentro do prazo, mas houve um erro na avaliação.
- B) Marta não entregou o relatório dentro do prazo.
- C) Outros servidores também não receberam avaliação positiva.
- D) Marta entregou o relatório dentro do prazo e mesmo assim não foi avaliada positivamente.

QUESTÃO 14

Em uma cidade, são válidas as seguintes afirmações:

- Toda avenida arborizada é silenciosa.
- Toda avenida silenciosa possui alto valor imobiliário.
- A Avenida Central não possui alto valor imobiliário.

Com base exclusivamente nessas informações, qual alternativa é necessariamente verdadeira?

- A) A Avenida Central é silenciosa, mas não é arborizada.
- B) A Avenida Central não é arborizada.

- C) A Avenida Central não é silenciosa, mas pode ou não ser arborizada.
 D) Existe pelo menos uma avenida arborizada com baixo valor imobiliário.

QUESTÃO 15

Considere quatro proposições **P**, **Q**, **R** e **S**, sobre as quais se sabe que:

1. Se **P** é verdadeira, então **Q** é verdadeira.
2. **Q** é verdadeira se, e somente se, **R** é falsa.
3. **R** é verdadeira ou **S** é verdadeira (ou ambas).
4. **S** é falsa.

Com base exclusivamente nessas informações, qual alternativa apresenta o conjunto correto de valores lógicos?

	P	Q	R	S
A)	F	F	V	F
B)	V	V	F	F
C)	V	F	V	F
D)	F	V	F	F

NOÇÕES DE INFORMÁTICA – Questões 16 a 20
QUESTÃO 16

Na área de trabalho do Windows, o componente que apresenta um conjunto de botões correspondentes aos programas que estão em uso no momento, denomina-se:

- A) Menu lateral
- B) Arquivo
- C) Barra de tarefas
- D) Menu iniciar

QUESTÃO 17

Os atalhos são teclas ou combinações de teclas que possibilitam uma maneira alternativa de executar ações que necessitariam do uso do mouse. O atalho utilizado para alternar entre aplicativos abertos é:

- A) Shift + Insert
- B) Alt + Tab
- C) Ctrl + Insert
- D) Alt + F4

QUESTÃO 18

PDF ou *Portable Document Format* é um formato de documento que permite a transmissão de arquivos, mantendo as suas características originais, como por exemplo:

- A) Formatação do texto, hiperlinks comentários.
- B) Cookies de preferências e dados de acesso do usuário.
- C) Facilidade na edição e alteração de informações.
- D) Necessidade de informação de login e senha para acesso do conteúdo.

QUESTÃO 19

Os navegadores de internet são softwares que possibilitam a interação com as páginas hospedadas em servidores conectados à internet. Para que uma determinada página seja localizada, é necessário informar uma sequência de letras e símbolos, definida como:

- A) HTML (*Hyper Text Markup Language*)

- B) CSS (*Cascading Style Sheets*)
- C) JavaScript
- D) URL (*Uniform Resource Locator*)

QUESTÃO 20

As funcionalidades e recursos de um navegador podem ser expandidas por meio de softwares, os quais podem aprimorar a apresentação de áudio e vídeo, ou melhorar a apresentação de um site. Esse conceito faz referência a:

- A) Plug-ins
- B) Cookies
- C) Protocolos de rede
- D) API (*Application Programming Interface*)

LEGISLAÇÃO – Questões 21 a 30

QUESTÃO 21

Pedro foi aprovado em concurso público para cargo efetivo na administração pública federal. Após a publicação do ato administrativo que o designa para o cargo, inicia-se o procedimento de ingresso no serviço público. Assinale a alternativa correta.

- A) A nomeação é forma de provimento de cargo público.
- B) A investidura ocorre com a nomeação.
- C) A posse não exige assinatura de termo.
- D) O exercício ocorre antes da posse.

QUESTÃO 22

Após aprovação em concurso público para cargo efetivo em uma universidade federal, Maria entrou em exercício em março de 2023. Durante o período inicial de suas atividades, foi submetida às avaliações previstas para o estágio probatório, nas quais foram analisados critérios como assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade. Em março de 2025, após dois anos de exercício e avaliações positivas, Maria afirmou que já possuía estabilidade no cargo, pois havia sido aprovada em todas as avaliações realizadas até o momento. Considerando o disposto na Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa correta.

- A) Maria adquiriu estabilidade após dois anos de exercício, desde que aprovada nas avaliações do estágio probatório.
- B) A estabilidade no serviço público federal é adquirida após cinco anos de exercício no cargo efetivo.
- C) Maria somente adquirirá estabilidade após três anos de efetivo exercício, desde que aprovada no estágio probatório.
- D) O estágio probatório possui duração de três anos, mas a estabilidade é adquirida após quatro anos de exercício.

QUESTÃO 23

Acerca dos institutos de movimentação de pessoal previstos na Lei nº 8.112/1990, assinale a alternativa correta:

- A) A redistribuição consiste no deslocamento do servidor, no âmbito do mesmo quadro, podendo ocorrer com ou sem mudança de sede, tanto a pedido quanto de ofício.
- B) A remoção a pedido, para outra localidade, para acompanhar cônjuge servidor deslocado no interesse da Administração, é concedida a critério da Administração, que pode indeferir-la caso não haja interesse do serviço.

C) A redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, sendo vedada quando o servidor se encontrar respondendo a processo administrativo disciplinar.

D) É permitida a remoção de servidor para órgão ou entidade de Poder diferente, desde que haja interesse da Administração e o servidor possua mais de três anos no cargo atual.

QUESTÃO 24

O prefeito de um município decidiu divulgar, em placas de obras públicas e campanhas institucionais, seu nome e sua fotografia como responsável pela realização das obras, destacando sua atuação pessoal na Administração. Considerando os princípios da Administração Pública previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

A) A conduta é compatível com o princípio da publicidade, pois os atos da Administração devem ser amplamente divulgados à população.

B) A conduta viola o princípio da impessoalidade, pois a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

C) A conduta viola apenas o princípio da eficiência, pois a Administração deve buscar melhor gestão dos recursos públicos.

D) A conduta é permitida desde que a obra tenha sido realizada com recursos públicos.

QUESTÃO 25

Considere a seguinte situação hipotética:

Carlos, servidor público federal estável, foi demitido após a conclusão de um processo administrativo disciplinar (PAD). Contudo, a demissão foi posteriormente invalidada por sentença judicial transitada em julgado, que determinou sua reintegração ao cargo de origem. À época do retorno, verificou-se que a vaga já havia sido ocupada por um novo servidor, aprovado em concurso público. Nos termos da Constituição Federal de 1988, nessa situação:

A) Carlos somente poderá retornar ao cargo mediante nova aprovação em concurso público.

B) Carlos deverá ser reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, enquanto o servidor que atualmente ocupa a vaga será exonerado de ofício, com direito à indenização pelos serviços prestados.

C) Carlos deverá ser aproveitado em outro cargo equivalente, permanecendo o atual ocupante do cargo na função.

D) Carlos deverá ser reintegrado ao cargo anteriormente ocupado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização.

QUESTÃO 26

À luz do art. 5º da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

A) A liberdade de manifestação do pensamento é assegurada pela Constituição Federal, sendo admitido o anonimato como regra.

B) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.

C) O exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão é livre e independe do atendimento de qualificações profissionais estabelecidas em lei.

D) A lei poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário lesão a direito sempre que houver interesse público relevante.

QUESTÃO 27

Acerca dos Princípios Fundamentais da Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- A) A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento a concessão de asilo político.
- B) A erradicação da pobreza é princípio que rege exclusivamente as relações internacionais da República Federativa do Brasil.
- C) O poder na República Federativa do Brasil é exercido somente por meio de representantes eleitos.
- D) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

QUESTÃO 28

Nos termos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), é correto afirmar que:

- A) Dado pessoal é qualquer informação relacionada a uma pessoa natural, ainda que não seja identificada nem identificável.
- B) Dado anonimizado é considerado dado pessoal para todos os efeitos legais, ainda que o processo de anonimização não possa ser revertido por meios razoáveis.
- C) Dado pessoal sensível é dado pessoal sobre origem racial ou étnica, saúde, dado genético ou biométrico, entre outros previstos em lei.
- D) O tratamento de dados pessoais pela Administração Pública depende exclusivamente do consentimento do titular.

QUESTÃO 29

Com base na Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta.

- A) A delegação de competência pode ocorrer mesmo quando os órgãos administrativos envolvidos não possuam relação de subordinação hierárquica, desde que não haja impedimento legal.
- B) A competência administrativa pode ser livremente renunciada pela autoridade competente quando houver conveniência administrativa.
- C) A decisão de recursos administrativos pode ser objeto de delegação quando houver autorização da autoridade superior.
- D) A avocação de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior pode ocorrer de forma permanente sempre que houver interesse da Administração Pública.

QUESTÃO 30

Nos termos da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), é correto afirmar que:

- A) O acesso à informação de interesse público depende da demonstração, pelo requerente, dos motivos determinantes da solicitação.
- B) Em relação ao pedido de acesso à informação pública, o órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível.
- C) O prazo para resposta ao pedido de acesso à informação pública é de até 30 (trinta) dias, improrrogáveis.
- D) Em regra, o serviço de busca e de fornecimento de informação pública depende do pagamento prévio de taxa administrativa.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DO CARGO – Questões 31 a 50

QUESTÃO 31

Muitos dos técnicos de laboratórios das Universidades, em virtude do cargo, ficam expostos diariamente a diversos agentes com potencial nocivo. Com o objetivo de diminuir possíveis acidentes a esse servidor são estabelecidas medidas de proteção individual e coletiva. Sobre o assunto assinale a opção incorreta:

- A) Treinamentos de medidas preventivas, relacionados aos EPIs e EPCs, devem ser direcionados especificamente aos servidores recém-empossados em cargo público.

- B) A área de manipulação de agentes químicos deve obrigatoriamente possuir chuveiro de emergência e lava-olhos, com testes de manutenção recomendados semanalmente.
- C) A instituição pública deve fornecer aos servidores que manipulam agentes químicos aventais impermeáveis, de mangas compridas e punho justo.
- D) O servidor é responsável por comunicar à organização quando o equipamento de proteção individual for extraviado ou danificado.

QUESTÃO 32

Um técnico de manutenção hidráulica de um Campus de uma Universidade Federal atua diariamente em contato com esgotos e galerias pluviais (agentes biológicos). O órgão fornece luvas de PVC, botas de borracha e máscaras respiratórias, todos com o devido Certificado de Aprovação (CA) válido. O servidor, entretanto, ingressa com um pedido administrativo de adicional de insalubridade em grau máximo (40%), alegando que, embora receba os equipamentos, as luvas frequentemente apresentam furos devido ao manuseio de ferramentas e a instituição não realiza a substituição imediata, nem oferece treinamento sobre a higienização correta dos respiradores após o uso em ambientes contaminados. Segundo a Norma Regulamentadora nº 06 (EPI) e o entendimento sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre a eliminação da insalubridade, assinale a alternativa que descreve o conjunto de obrigações que a administração deve cumprir para que o fornecimento do EPI efetivamente neutralize o risco e descaracterize o direito ao pagamento do adicional.

- A) A responsabilidade da administração esgota-se na aquisição e entrega do EPI adequado ao risco, mediante recibo ou registro em ficha funcional, cabendo ao servidor a responsabilidade exclusiva pela guarda e pelo treinamento autônomo de uso, conforme o princípio da boa-fé administrativa.
- B) O direito ao adicional de insalubridade é mantido sempre que o agente nocivo for biológico ou cancerígeno, independentemente do uso de EPIs, visto que a proteção individual é considerada paliativa e incapaz de interromper a trajetória do agente nocivo no organismo do servidor em ambientes de fluxo contínuo.
- C) A entrega do EPI, uma vez registrada em sistema eletrônico, gera uma presunção absoluta (*jure et de jure*) de neutralização do agente nocivo, o que dispensa a elaboração periódica do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) e do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) para aquele posto de trabalho.
- D) O fornecimento do EPI aprovado pelo órgão nacional competente (possuidor de CA) é condição necessária, mas insuficiente para eliminar a insalubridade. A administração deve, cumulativamente: treinar o servidor, fiscalizar o uso contínuo, exigir a higienização correta e substituir o equipamento imediatamente quando danificado ou extraviado.

QUESTÃO 33

No que tange a Convenção nº 155 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada pelo Brasil em 29 de setembro de 1994, sobre a segurança e saúde dos trabalhadores e o meio ambiente de trabalho, assinale a alternativa correta.

- A) A referida convenção não abrange os funcionários públicos, ficando restrita aos trabalhadores regidos pela CLT, pois trata-se de uma convenção antiga.
- B) Quando for necessário, os empregadores deverão fornecer roupas e equipamentos de proteção adequados a fim de prevenir, na medida que for razoável e possível, os riscos de acidentes ou de efeitos prejudiciais para a saúde.
- C) Todo trabalhador diante de uma situação de trabalho que envolva um perigo iminente deve primeiramente comunicar sua chefia, não devendo interromper a atividade de imediato.
- D) A autoridade ou as autoridades competentes deverão garantir a realização de sindicâncias cada vez que um acidente de trabalho, não sendo necessário em caso de doença profissional.

QUESTÃO 34

No âmbito da saúde do trabalho os riscos ocupacionais são classificados em grupos de acordo com a sua natureza, neste sentido correlacione as colunas abaixo e assinale a alternativa correta.

- | | |
|-------------------------|--|
| 1. Riscos Biológicos | a. Gases, vapores, fumos |
| 2. Riscos Físicos | b. Bactérias, fungos e vírus |
| 3. Riscos Químicos | c. Postura inadequada e esforço físico |
| 4. Riscos de Acidente | d. Máquinas sem proteção e animais peçonhentos |
| 5. Riscos Ergonômicos | e. Sobrecarga de trabalho e pressão por resultados |
| 6. Riscos Psicossociais | f. Ruído, vibração, calor, radiações |

- A) 1a; 2e; 3b; 4c; 5d; 6f.
B) 1f; 2d; 3a; 4e; 5b; 6c.
C) 1a; 2b; 3f; 4c; 5d; 6e.
D) 1b; 2f; 3a; 4d; 5c; 6e.

QUESTÃO 35

Um servidor federal ocupante do cargo de técnico em radiologia de um Hospital Universitário, que ingressou no serviço público em 2008, solicita a averbação de tempo especial e a posterior concessão de aposentadoria. Ele apresenta o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e o Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), que comprovam a exposição a radiações ionizantes acima dos limites de tolerância. O servidor argumenta que, por pertencer a uma categoria profissional historicamente reconhecida como insalubre, o enquadramento deveria ser automático, independentemente da eficácia dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) utilizados. Perante o regime jurídico da aposentadoria especial após a Emenda Constitucional nº 103/2019 e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa que descreve corretamente as regras de caracterização e comprovação da exposição:

- A) A comprovação da exposição a agentes nocivos químicos, físicos e biológicos pode ser suprida por prova exclusivamente testemunhal ou similaridade de funções, caso o órgão público não possua os laudos técnicos (LTCAT/PPRA) atualizados, em observância ao princípio da proteção social do servidor.
- B) O tempo de serviço especial convertido em comum até a data da promulgação da Reforma (13/11/2019) mantém o multiplicador (ex:1.4 para homens e 1.2 para mulheres), porém, para períodos de exposição ocorridos após a Reforma, é permitida a conversão de tempo especial em comum apenas se o servidor comprovar que os EPIs fornecidos pela administração foram ineficazes.
- C) É terminantemente vedada a caracterização da atividade como especial por simples enquadramento em categoria profissional ou ocupação, sendo indispensável a comprovação da exposição efetiva a agentes nocivos durante o período mínimo fixado, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, mediante documentação técnica que comprove a indissociabilidade entre o exercício das funções e o agente nocivo.
- D) A exposição a agentes biológicos e cancerígenos constantes na lista oficial do Ministério do Trabalho gera direito à contagem especial de forma presumida, bastando a presença do agente no ambiente de trabalho (critério quantitativo), independentemente da permanência ou da eficácia de medidas de proteção coletiva.

QUESTÃO 36

A Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora foi publicada em 2012, através da Portaria 1.823 do Ministério da Saúde. Dentre seus princípios e diretrizes e os trabalhadores abrangidos por ela estão, exceto:

- A) Especificação; voluntário.
B) Universalidade; assalariado.
C) Precaução; avulso.
D) Hierarquização; desempregado.

QUESTÃO 37

Uma Unidade de Processamento de Rejeitos de um órgão federal vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia realizou o levantamento de perigos em sua planta piloto. Durante a etapa de Avaliação de Riscos Ocupacionais, a equipe técnica identificou a exposição de servidores a ruído contínuo de 92 dB e a vapores orgânicos em concentrações próximas ao limite de tolerância. Para a elaboração do Inventário de Riscos, a organização deve agora realizar a Classificação dos Riscos para determinar a ordem de prioridade das medidas de prevenção. Com base nas diretrizes da NR-01 (Redação dada pela Portaria SEPRT nº 6.730/2020), a classificação dos riscos ocupacionais deve ser estruturada a partir da combinação de dois parâmetros fundamentais, devendo a organização adotar uma gradação que contemple:

- A) A severidade das lesões ou agravos à saúde (considerando a magnitude da consequência e o número de vítimas) e a probabilidade de ocorrência (considerando requisitos legais, medidas de prevenção implementadas e perfil de exposição).
- B) O tempo de exposição diário ao agente nocivo e a vulnerabilidade individual do servidor (considerando histórico clínico preexistente e idade), visando a personalização do Equipamento de Proteção Individual (EPI).
- C) A frequência de monitoramento biológico e ambiental e o custo-benefício da substituição tecnológica, priorizando riscos cujo controle apresente menor impacto orçamentário para a administração pública.
- D) A magnitude do dano potencial imediato e o índice de acidentabilidade histórico do setor nos últimos 5 anos, sendo que a classificação deve ser revista apenas em caso de morte ou invalidez permanente.

QUESTÃO 38

Através da Portaria nº1.419, de 27 de agosto de 2024, ocorreu a atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1). Segundo essa atualização deverá ser incluído pelas empresas, organizações e órgãos públicos da administração direta e indireta, no âmbito da segurança e saúde do trabalho:

- A) Operações insalubres e perigosas.
- B) CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes).
- C) PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional).
- D) Avaliação de riscos psicossociais.

QUESTÃO 39

No setor de tecnologia de uma instituição pública foi implantado recentemente seu Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), conforme a NR-01, identificando os seguintes fatores:

- Exposição ocupacional a níveis moderados de ruído em sala de servidores;
- Sobrecarga cognitiva associada a jornadas prolongadas e alta demanda mental;
- Posturas estáticas mantidas por longos períodos;
- Baixa variabilidade de pausas durante a jornada.
- Não foram identificados agentes acima de limites de tolerância previstos em anexos de insalubridade.

Ao estruturar o PCMSO, o Médico do Trabalho decide incluir avaliação clínica direcionada a queixas musculoesqueléticas, rastreio de transtornos relacionados ao estresse ocupacional e acompanhamento periódico da saúde auditiva. À luz da articulação normativa entre NR-01 e NR-07, assinale a alternativa correta:

- A) A ausência de agentes acima dos limites de tolerância previstos em normas de insalubridade impede a implementação de protocolos clínicos específicos no PCMSO.
- B) A conduta do Médico do Trabalho está tecnicamente adequada, pois o PCMSO deve ser planejado com base nos riscos identificados no PGR, ainda que não configurem insalubridade ou ultrapassem limites legais.
- C) O PCMSO deve restringir-se a exames ocupacionais mínimos obrigatórios, uma vez que o PGR não identificou riscos físicos ou químicos graves.
- D) A inclusão de medidas de vigilância relacionadas a riscos ergonômicos e psicossociais extrapola a finalidade legal do PCMSO.

QUESTÃO 40

No exercício da Medicina do Trabalho em uma Universidade Federal, o médico do trabalho deve observar normas éticas. Com base nas diretrizes da ética médica perante o atendimento ao trabalhador, assinale a alternativa incorreta:

- A) É vedado ao médico o preenchimento do diagnóstico nos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) que serão encaminhados à administração, mesmo contendo a definição de inaptidão.
- B) O médico do trabalho pode atuar como assistente técnico da instituição, desde que não tenha sido o médico assistente ou o médico perito do servidor envolvido no caso.
- C) A emissão de laudo para fins de aposentadoria ou licença com a identificação do diagnóstico (CID) depende, em regra, da autorização do paciente, mesmo tratando-se de um documento administrativo.
- D) O médico do trabalho tem o dever ético de compartilhar o prontuário médico completo do servidor com o setor de recursos humanos da universidade para facilitar o controle de absenteísmo.

QUESTÃO 41

Um candidato de concurso público, com o objetivo de concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência (PcD), apresentou laudos médicos que atestam que possui visão monocular. Após a sua classificação, o mesmo será submetido à avaliação de uma comissão específica. Baseado nas legislações sobre pessoas com deficiência, assinale a alternativa correta:

- A) O candidato não concorrerá às vagas reservadas para PcD, pois a visão monocular não é considerada diagnóstico para deficiência por não dificultar suas atividades de vida diária.
- B) Embora a visão monocular seja classificada como deficiência sensorial do tipo visual no Brasil, ela não garante o direito de concorrer em concurso público às vagas reservadas aos deficientes.
- C) O candidato portador de visão monocular é considerado PcD, classificada como deficiência sensorial do tipo visual, e conforme Súmula 377 do STJ, o portador de visão monocular tem direito de concorrer em concurso público às vagas reservadas para PcD.
- D) A legislação classifica a visão monocular como deficiência sensorial do tipo visual, porém não garante a equiparação da visão monocular à deficiência física para fins de cotas em concursos, visto que não há limitação de campo visual.

QUESTÃO 42

A isenção de Imposto de Renda para portadores de doenças graves especificadas em lei é um dos atos periciais previstos no Manual de Perícia Oficial em Saúde. Sobre as diretrizes e procedimentos para a concessão deste benefício, assinale a alternativa correta:

- A) Comprovada a doença, a isenção de imposto de renda aplica-se tanto à remuneração dos servidores na ativa quanto aos proventos de aposentadoria, desde que a doença esteja especificada no § 1º do art. 186 da Lei nº 8.112/1990, art. 1º da Lei 11.052/2004 e no Ato Declaratório Interpretativo SRF nº 11/2006.
- B) Para fins de isenção de imposto de renda, a perícia oficial deve ser realizada obrigatoriamente por uma junta oficial em saúde composta por, no mínimo, três médicos.
- C) O benefício da isenção de imposto de renda por motivo de doença grave e especificada em lei é restrito aos proventos de aposentadoria ou reforma, não alcançando os valores recebidos a título de pensão.
- D) Dentre as doenças especificadas que permitem isenção de imposto de renda estão: hanseníase, doença de Parkinson, esclerose múltipla, síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) e neoplasias malignas.

QUESTÃO 43

Um servidor efetivo da UFR necessitou se deslocar do bloco B até o bloco F para buscar resolução de uma atividade de trabalho. Durante o deslocamento entre os blocos o servidor acabou sofrendo uma queda e consequentemente uma fratura fechada no antebraço direito, constatada após encaminhamento para atendimento médico. Com base no caso apresentado assinale a alternativa correta:

- A) O evento não pode ser considerado acidente em serviço, pois ocorreu em área externa (entre blocos) e não dentro do posto de trabalho específico do servidor.

B) A caracterização donexo causal desse acidente depende obrigatoriamente da emissão da Comunicação de Acidente em Serviço (CAT/SP) e da posterior ratificação pela perícia oficial em saúde.

C) Por se tratar de uma fratura não visível sem potencial para complicações, atestado pelo médico assistente, a licença para tratamento de saúde será concedida automaticamente pela chefia imediata, não sendo necessário a avaliação pericial.

D) Caso o servidor estivesse em horário de intervalo de almoço no momento da queda é vedado expressamente qualquer tipo de caracterização como acidente em serviço, independentemente do local.

QUESTÃO 44

Um técnico de laboratório de uma Universidade Federal, com 15 anos de exercício efetivo, sofreu uma exposição severa e acidental a agentes biológicos de alta patogenicidade durante a manipulação de amostras em um projeto de pesquisa no Campus. O evento foi devidamente registrado por meio de Comunicação de Acidente em Serviço (CAT-SP ou equivalente no SIASS). Após esgotados todos os recursos de tratamento e reabilitação, a Junta Médica Oficial do SIASS declarou a incapacidade permanente para o serviço público, estabelecendo onexo causal direto entre a patologia invalidante e o acidente ocorrido no exercício das atribuições do cargo. Sobre as regras de cálculo de proventos estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 103/2019, o valor da aposentadoria por incapacidade permanente deste servidor corresponderá a:

A) 60% (sessenta por cento) da média aritmética simples de 100% dos salários de contribuição apurados desde o início da contribuição, com acréscimo de 2 (dois) pontos percentuais para cada ano de contribuição que exceder 20 (vinte) anos.

B) 100% (cem por cento) da média aritmética simples de 100% dos salários de contribuição apurados desde o início da contribuição, sem aplicação de redutores por tempo de serviço.

C) 80% (oitenta por cento) da média aritmética simples das maiores contribuições correspondentes a 80% de todo o período contributivo, descartando-se as 20% menores contribuições para beneficiar o servidor.

D) 100% (cem por cento) da última remuneração do servidor no cargo efetivo (vencimento básico e gratificações permanentes), com direito à paridade e integralidade, independentemente da média contributiva.

QUESTÃO 45

Um analista de infraestrutura do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) foi aposentado por incapacidade permanente em 2021, devido a uma neuropatia grave que impedia a locomoção e o trabalho de campo. Em 2025, durante a revisão bienal obrigatória realizada por uma Junta Médica Oficial do SIASS, constatou-se que, devido a avanços terapêuticos, o servidor recuperou a capacidade laborativa, porém de forma residual. O laudo pericial indica que ele permanece inapto para atividades que exijam esforço físico ou deslocamentos constantes (exigências do cargo original), mas possui plena capacidade para atividades técnico-administrativas de suporte, análise de dados e elaboração de pareceres. Baseado no atual regime constitucional da previdência (pós-Reforma de 2019) e o regime estatutário federal, assinale a alternativa que descreve a conduta correta a ser adotada pela Administração Pública Federal:

A) Constatada a capacidade laboral residual, o servidor deverá ser submetido a processo de readaptação profissional, retornando à atividade em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com sua limitação, observada a equivalência de vencimentos e nível de escolaridade. A manutenção da aposentadoria, neste caso, configuraria enriquecimento sem causa do beneficiário e violação ao princípio da eficiência e do equilíbrio atuarial do RPPS.

B) A Administração deve declarar a insubsistência dos motivos da aposentadoria e determinar a reversão do servidor ao cargo de origem. Caso o servidor não consiga desempenhar as funções típicas de campo, ele deverá ser colocado em disponibilidade remunerada proporcional até que surja uma vaga administrativa compatível com sua nova condição física.

C) O servidor deve ser mantido em condição de aposentadoria, uma vez que a EC 103/2019 e o Art. 186 da Lei 8.112/90 preveem que a recuperação deve ser integral para o cargo ocupado no momento da jubilação, sendo vedada a readaptação de servidores já aposentados por incapacidade sob pena de provimento derivado inconstitucional.

D) Deverá ser declarada a vacância do cargo por exoneração de ofício, uma vez que o servidor não possui mais a higidez física necessária para o exercício das atribuições do cargo de analista, e o instituto da readaptação aplica-se apenas a servidores em atividade, não a aposentados.

QUESTÃO 46

Servidora lotada na Universidade Federal de Rondonópolis encontra-se no estado de Rondônia, onde vive seus familiares e realiza tratamento particular. Apresenta atestado médico com indicação de afastamento de suas atividades laborais por 90 (noventa) dias. Diante da necessidade de submissão em perícia médica para concessão da licença, a servidora impõe que tal perícia seja realizada na modalidade em trânsito. Sobre o quesito da perícia em trânsito, conforme o Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal, é correto afirmar:

A) A perícia em trânsito só pode ser realizada se o servidor estiver em deslocamento a serviço (viagem oficial), sendo vedada em casos de lazer ou tratamentos particulares.

B) A perícia em trânsito é um ato administrativo que dispensa avaliação presencial do paciente, sendo realizada através da análise documental enviada via sistema informatizado.

C) A realização de perícia em trânsito não é exclusividade do titular do cargo público, podendo aplicar aos dependentes do servidor.

D) O servidor em trânsito deverá solicitar diretamente a realização da perícia à área de gestão de pessoas da Unidade SIASS ou serviço de saúde adequado mais próxima a ele, a qual comunicará o órgão de lotação do servidor só após a efetiva perícia.

QUESTÃO 47

Uma assistente em administração de uma Universidade Federal, lotada na Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, sofreu uma crise aguda de cálculo renal em um domingo, sendo atendida em uma unidade de pronto atendimento (UPA). O médico assistente emitiu um atestado recomendando o afastamento total das atividades laborais por 10 (dez) dias, a contar da data do atendimento (domingo). Na segunda-feira, a servidora comunicou informalmente sua chefia via aplicativo de mensagens, mas, devido às fortes dores, permaneceu em repouso domiciliar sem protocolar o documento oficial no sistema de gestão de pessoas do órgão (SouGov/Sigepe). Quanto a regulamentação da perícia oficial em saúde no âmbito do Serviço Público Federal (Decreto nº 7.003/2009 e Manual do SIASS), assinale a alternativa que descreve corretamente a obrigação da servidora quanto ao prazo e à forma de apresentação do atestado para que a licença seja validada sem prejuízo de sua remuneração:

A) O atestado médico deve ser apresentado à unidade de competência do órgão ou entidade (Gestão de Pessoas/SIASS) no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data do início do afastamento do servidor, sob pena das faltas serem computadas como injustificadas até a data da entrega.

B) Por se tratar de um afastamento superior a 5 dias, a servidora goza de prazo em dobro (10 dias) para a apresentação do documento, uma vez que a patologia impõe limitação física que justifica a dilação do prazo administrativo para o protocolo.

C) O prazo para apresentação é de 48 horas úteis após o término do período de repouso prescrito pelo médico assistente, devendo a servidora agendar a perícia presencial obrigatoriamente, independentemente da duração da licença.

D) Não há prazo decadencial para a entrega do atestado, desde que o protocolo ocorra antes do fechamento da folha de pagamento do mês de competência, garantindo que o sistema de frequência não registre faltas injustificadas passíveis de desconto.

QUESTÃO 48

Um Auditor-Fiscal da Receita Federal apresenta o seguinte histórico de afastamentos para tratamento da própria saúde em sua pasta funcional:

1. 45 dias de licença (01/02/2023 a 17/03/2023).
2. 60 dias de licença (10/05/2023 a 08/07/2023).
3. 10 dias de licença (15/10/2023 a 24/10/2023).

Em 05/02/2024, o servidor solicita uma nova licença de 15 (quinze) dias devido a uma intervenção cirúrgica. Considerando as normas do Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal (SIASS), qual deve ser o rito pericial adotado?

- A) A perícia é dispensada, podendo ser feita apenas a homologação administrativa do atestado pelo médico assistente, já que o novo afastamento é inferior a 15 dias.
- B) Deverá ser realizada por médico singular, pois apenas licenças superiores a 120 dias ininterruptos exigem obrigatoriamente a formação de Junta Médica Oficial.
- C) A perícia pode ser realizada por médico singular, pois a primeira licença de 45 dias já 'prescreveu' para fins de contagem, visto que ocorreu há mais de um ano da data do novo pedido.
- D) A perícia deve ser realizada por Junta Médica Oficial, pois a nova licença, somada às anteriores dentro de um período móvel de 12 meses, ultrapassa os 120 dias permitidos para médico singular.

QUESTÃO 49

Um engenheiro civil, servidor público federal de uma autarquia de infraestrutura, sofreu uma queda de um andaime durante a fiscalização técnica de uma obra de transposição, resultando em múltiplas fraturas e necessidade de afastamento prolongado. A perícia médica oficial do SIASS caracterizou o evento como acidente em serviço, conforme o Art. 212 da Lei 8.112/90. O servidor permaneceu em licença para tratamento de saúde por um período ininterrupto de 14 (quatorze) meses, período no qual sua unidade passou por um processo de avaliação de desempenho para fins de progressão funcional. Considerando o regime jurídico estabelecido pela Lei nº 8.112/1990 e as repercussões funcionais decorrentes donexo causal estabelecido entre a patologia e o exercício do cargo, assinale a alternativa que descreve corretamente os efeitos desse afastamento na vida funcional do servidor:

- A) O período de afastamento suspende a contagem de tempo para fins de aposentadoria e disponibilidade, devendo o servidor compensar os dias de licença ao retornar às atividades para integralizar o tempo de contribuição necessário.
- B) O tempo de licença decorrente de acidente em serviço é considerado como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração, contando inclusive para fins de aposentadoria, disponibilidade, progressão e promoção por merecimento ou antiguidade.
- C) Por exceder o prazo de um ano (12 meses), o servidor terá sua remuneração reduzida em 50% a partir do décimo terceiro mês, mantendo apenas o vencimento básico, sem as gratificações de desempenho, até a data da efetiva reassunção do cargo.
- D) O afastamento por acidente em serviço interrompe o interstício para fins de férias e progressão funcional, sendo que o servidor perde o direito à gratificação natalina proporcional aos meses em que não houve contraprestação laboral efetiva.

QUESTÃO 50

Considere um cenário em uma Autarquia Federal onde a unidade do SIASS detecta, via sistema de vigilância epidemiológica, que um setor específico de atendimento ao público apresenta um índice de absenteísmo por transtornos mentais comuns (CID-10 F) 300% superior à média do órgão. Sob a ótica da vigilância e da abordagem biopsicossocial preconizada pelo SIASS, qual deve ser a conduta prioritária da equipe multiprofissional?

- A) Solicitar a redistribuição imediata dos servidores com histórico de afastamento para outras unidades, visando a desoneração do setor e a interrupção do ciclo de contágio psicossocial entre os colegas.

- B) Encaminhar todos os servidores do setor para programas de promoção da saúde focados em '*mindfulness*' e resiliência individual, visando fortalecer o aparato psíquico dos trabalhadores frente às pressões institucionais.
- C) Intensificar o rigor das perícias singulares para os servidores desse setor, exigindo relatórios psiquiátricos detalhados para evitar onexo causal indevido e o prolongamento desnecessário dos afastamentos.
- D) Realizar uma inspeção nos ambientes e processos de trabalho (vigilância de ambientes), utilizando metodologias participativas para identificar fatores psicossociais de risco, como sobrecarga cognitiva ou assédio moral, propondo mudanças na organização do trabalho.